

A Crítica De Machado de Assis ao bacharelismo do século XIX

Laíse Helena Barbosa Araújo¹

Resumo:

O presente trabalho visa mostrar de que forma a literatura de Machado de Assis plasma uma forte consciência crítica à sociedade e à política do século XIX no Brasil. De acordo com recentes pesquisas no âmbito da crítica literária e história cultural, a análise combinada dos artifícios retóricos utilizados por Machado e as estruturas formais de seus romances revelam o fino sarcasmo com que o escritor, ao delinear a desintegração do microcosmo familiar, retratou a vida pública e intelectual do país à época. É nesse sentido que a peculiar caracterização dos bacharéis mostra-se apropriada para apontar o intelectual arquetípico do século dezenove como o autor concebia. Ao personagem Brás Cubas será dirigido um olhar mais detido, pela concentração dos diversos elementos do bacharelismo, apenas apontados em outros romances, e pela sua centralidade não apenas na obra de Machado de Assis, mas também na literatura nacional.

Palavras-chave: Machado de Assis – Crítica social – Bacharelismo.

Abstract:

The present work aims to show how Machados de Assis' literature presents a strong critical consciousness concerning politics and society in the nineteenth century in Brazil. According to new literary criticism and cultural history researches on Machado de Assis' works, the blended analysis of both rhetorical strategies and formal structure reveals the subtle sarcasm used by Machado, by presenting the disintegrated familiar microcosmos, when he painted Brazilian public sphere and intellectual life. Therefore the bachelor's particular construction is appropriated to point out the archetypical intellectual in the Brazilian nineteenth century as the writer conceived. Because of its major importance in either the author's bibliography and the Brazilian literature, the personage Brás Cubas receives a more meticulous analysis in comparison to the others books, which are just mentioned, for it brings the typical elements of the cultivated elite of this time.

Key-words: Machado de Assis – Social Criticism – Bacharelism.

I Do absenteísta ao intelectual engajado: uma incursão na fortuna crítica machadiana

Machado de Assis foi, durante muito tempo, considerado um escritor alheio às questões de seu tempo, tido como absenteísta (ou, quando muito, como “conservador”) em seus posicionamentos políticos, não-nacionalista, por não se ater às fórmulas do romantismo em voga e acusado de ter construído uma obra que não passava de um grande capítulo de ausências, sem colorido de linguagem, movimentação de enredo, descrições de paisagens locais ou comprometimento com as questões brasileiras. Alguns biógrafos afirmavam, ainda,

que Machado traía suas origens sociais, o que quer dizer: sua infância pobre e sua condição de filho de operário, ao escrever apenas sobre as pessoas ricas.

O equívoco, no entanto, veio sendo reparado ao longo das décadas e pesquisadores de diversas áreas trouxeram ao público do Brasil e do mundo, um *outro* Machado. À crítica pretérita sobrepôs-se nas últimas décadas um novo rol de pensadores, que desvelaram, em sua obra, um marcado sentido político-social.

O método de veicular a compreensão histórica e social do Bruxo do Cosme Velho, deu-se, a seu modo sarcástico, com ensejo a alegorias, o que requereu do leitor esforço duradouro para enxergar minúcias como o paralelismo entre o âmbito privado do romance e a história pública do segundo reinado. Esforço esse empreendido por nomes como Alfredo Bosi, John Gledson, Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub.

Esses novos estudos para além de identificar uma arguta compreensão histórica na literatura de Machado, denotam uma postura crítica que se choca frontalmente àquela visão clássica dos estudos machadianos. Diz Alfredo Bosi², referindo-se a Sílvio Romero: “[...] quem não percebeu toda a força crítica de Machado de Assis por certo havia de estar obnubilado por apriorismos letais”.

A crítica mordaz feita à ordem social conservadora de sua época, deu-se de diversas formas, oras mais oras menos explícitas, o ambiente familiar desintegrado foi, assim, retratado como uma metáfora de toda a classe dominante, denunciando e desvelando verdades sobre a composição ideológica, política e religiosa (lembre-se do tio padre de Brás, sarcasticamente representado).

Quanto à acusação de “conservador” é sagaz a resposta de Roberto Schwarz³, para quem desde a compleição formal de um *Brás Cubas* não se pode falar em acomodação ao pacto histórico de nacionalismo, ilustração e elite, mas sim uma exposição sistemática da dimensão ideológica e os funcionamentos classistas:

Machado se apropriava da figura do adversário de classe, para deixá-lo mal, documentando com exemplos na primeira pessoa do singular as mais graves acusações que os dependentes lhe pudessem fazer, seja do ângulo tradicional da obrigação paternalista, seja do ângulo moderno da norma burguesa.

Alfredo Bosi⁴ identifica não apenas que Machado possuía um particular engajamento político, mas verifica as transformações que fizeram com que, com o passar do tempo, de jovem cronista liberal, indignado perante os males de uma política obsoleta, tenha mudado sua estratégia de combate e acabado por abraçar como fado eterno dos seres o convívio entre egoísmos, até assumir ares de sábio estóico na pele do Conselheiro Aires.

A respeito das incoerências das ações governamentais, é o próprio Machado⁵, em crônica do dia 29 de dezembro de 1861, publicada no Diário do Rio de Janeiro quem faz a crítica:

De um ato do nosso Governo só a China poderá tirar lição. Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu país. O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas *o país oficial, esse é caricato e burlesco*. A sátira de Swift nas suas engenhosas viagens cabe-nos perfeitamente. No que respeita à política nada temos a invejar ao reino de Lilipute.

O retrato da política imperial será o de uma atividade ornamental, em que o político nunca se toma como representante de efetivos interesses sociais, informação absolutamente redundante para quem conheça, como Machado conheceu, a realidade do Brasil.

Sidney Chalhoub⁶, ao reler a obra de Machado, pôde encontrar naqueles textos exposição detalhada das políticas de dominação social que buscava reconstituir a partir de outras fontes históricas: “perplexo, percebia ali muita alegoria e reflexão sistemática sobre vários sujeitos históricos que, dizia-se, não estavam no centro da obra de Machado de Assis”.

Sua releitura, garante, deveu-se às obras precedentes de Roberto Schwarz e John Gledson. A obra de Machado, segundo Sidney Chalhoub, foi interpretada por Roberto Schwarz como um “comentário estrutural” à sociedade brasileira do século XIX: os romances expressariam e analisariam, de diversas formas, “aspectos essenciais de autoridade e exploração vigentes no período”, enquanto John Gledson teria demonstrado, num procedimento sistemático de alusões e alegorias, o retrato feito pelo romancista das transformações sociais e políticas de seu tempo.

Machado via o período da Conciliação “como um abrandamento conveniente de políticas diversas dentro da oligarquia dominante, favorecido pela expansão econômica dos anos 1850 e 1860”, o que, segundo Gledson, foi a atmosfera que permitiu a criação de um Bento desdenhoso, hábil em ignorar as controvérsias políticas.

O ano de 1871, ano da Lei do Ventre Livre, segundo a leitura de Sidney Chalhoub será extremamente significativo nos romances da primeira fase como ainda em *Quincas Borba*, *Dom Casmurro* e *Esau e Jacó*, figurando como um marco das primeiras divergências e dificuldades sérias no âmbito da oligarquia, que dominava com relativa estabilidade no período anterior. John Gledson⁷ é enfático: “Era o fim da Conciliação”.

Chalhoub⁸ identifica a importância do ano 1871 na obra de Machado por fatores ligados à sua biografia, já que o escritor:

trabalhava numa sessão do Ministério da Agricultura encarregada de dois assuntos: um, a escravidão – ele tinha que cuidar de acompanhar a aplicação da *lei de 28 de setembro de 1871*, a chamada *lei do ventre livre*, o outro assunto era a política de terras [...] Essas

batalhas cotidianas, muitas das quais o Machado perdia cotidianamente, acabaram tendo uma influência muito grande na maneira como ele passou a representar literariamente aquela classe senhorial, aquela sociedade.

O Bruxo representou a forma como a sociedade do século XIX criava mecanismos para manter ao longo do tempo estratégias de exclusão, de privilégios, já que “por mais que ela mudasse, ela permanecia a mesma”, ou como o conselheiro machadiano resumiu: “também se muda de roupa sem trocar de pele”⁹.

Machado está atento às contradições geradas por um sistema que se sustenta sobre a suposta harmonia da ‘Conciliação’ ou a ‘democracia’ de fachada da Constituição do Segundo Reinado. A corrupção difusa e a dissimulação das verdadeiras diferenças e conflitos sociais dentro das hipocrisias do regime plasma-se diretamente na criação do enredo: “Onde a ambição só pode se exprimir pela burla, uma solução possível é simplesmente incluir essa burla no próprio enredo sob a forma de loucura”¹⁰. É o que se vê na construção de personagens como Rubião, cuja loucura é colocada no centro do romance, e na volubilidade de caráter de Brás Cubas.

Para Nicolau Sevcenko¹¹ é seminal a maneira como o escritor carioca compreende e assinala os liames estreitos que sujeitam o Brasil ao condicionamento de forças dominantes exteriores:

Esse efeito tanto resulta da condição subordinada a que o passado colonial e suas mazelas sujeitam o país, submetendo-o aos interesses e imperativos das grandes potências, como também, o que é ainda mais pungente, decorre do modo pelo qual as elites nacionais reproduzem a avidez predatória, o descaso social e a irresponsabilidade quanto à coesão, o equilíbrio e o futuro da nação, típicos dos preconceitos colonizadores.

E em que pese a preciosa coletânea de alusões históricas e sociológicas na obra machadiana, os clássicos estudos de Raymundo Faoro têm a séria limitação de deixar em suas mãos o privilégio de reunir essas idéias em torno da sociedade de seu tempo num todo coerente e raramente contam com o fato de ter o próprio Machado concebido essa coerência ou que as estruturas das obras talvez contivessem (como contém), em si, um significado histórico. Para John Gledson¹²:

Faoro mostra que se pode construir um panorama da sociedade brasileira no século passado, entre 1840 e 1890, só a partir da obra de Machado. Entretanto, deste livro, quem constrói o panorama a partir de tantos detalhes não é Machado, é Faoro. Ele sabe disso, e acha que a visão histórica machadiana era limitada.

Segundo Faoro, Machado de Assis aproximar-se-ia da realidade somente ao lembrar o fato anedótico, ocasional, pitoresco, mas dela se afastaria ao tocar o travejamento estrutural,

um tanto embaciado na sua arquitetura, aos olhos do historiador moralista. Em direção oposta são as interpretações já referidas de John Gledson, Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub e por isso foram priorizadas neste trabalho, pois pretendem ser uma exposição sobre a maneira pela qual a visão machadiana da história do Brasil molda a própria estrutura formal dos romances.

II -O retrato sarcástico do bacharel no Brasil dos Oitocentos

Um local de privilegiado acesso à agudez da crítica machadiana e sua visão da sociedade brasileira do século XIX é a análise de figuras de destaque na política e cenário intelectual do país, centrais em sua obra, quase todos são bacharéis em direito e alvos reiterados de uma fina ironia depreciativa.

A imagem do bacharel machadiano liga-se a determinadas características que serão constantes em (quase) todos os personagens. Dentre elas, papel importante terá a noção de *ócio*, a que alude Afrânio Coutinho¹³: “outro ciclo temático de importância é o relacionado com as condições de vida dos personagens. Não se trabalha no mundo machadiano [...] A maioria vive de rendas, aposentadorias, heranças, empréstimos”.

O *status* é outro elemento que toma na obra de Machado de Assis as mais diversas e caprichosas formas, insinuando-se não só através do traje, mas também de um título honorífico ou de qualquer outra coisa que seja valorizada de acordo com as convenções sociais. Para Eugênio Gomes¹⁴ “o homem não será entendido nem assimilado pela sociedade imperial sem a *alma exterior*”.

Representado por Machado como um político aético, o bacharel oitocentista era um sujeito também sem especial destaque intelectual e cujas idéias valem bem mais pelo que podem aparentar do que pelo que elas significam, assim como as ações do bacharel têm mais significado quanto mais publicidade alcançarem. Há claramente uma predestinação à vida pública e a presença do periodismo será igualmente ilustrada.

A política é denunciada como despojada de toda ética, de qualquer valor moral, porque não prima pelo engajamento firme a um corpo político, não há nesse momento da história do Brasil definição ideológica nem partidária (a mudança de partido, não apenas admitida, é recomendada como estratégia de sobrevivência política) e reinam práticas nepotistas, em que mais importante do que os interesses públicos eram os privados, definidos a partir de relações familiares e de amizade. Sem vocação e preocupados principalmente com o prestígio e com o poder que possam vir a alcançar, os jovens “mancebos” entram na política apenas para fugir da obscuridade.

Desde a chamada primeira fase de sua obra, Machado de Assis já oferece uma espécie de protótipo do *figurão* que marcará sua fase madura. Há o Estêvão, protagonista de *A Mão e a Luva*, e seu amigo Luís Alves, formados pela Academia de São Paulo. Estêvão, ao voltar para a corte depois de graduado.

Embora tenham feito estudos em direito, apenas “prezavam” a ciência jurídica. Suas preferências intelectuais misturavam a política à literatura (a política só lhe acenava com o que podia haver literário nela).

Dr. Matos de *Helena*, personagem menor, era um velho advogado que possuía “noções muito aproveitáveis de meteorologia e botânica, da arte de comer, do voltarete, do gamão e da política”, como para compensar a completa ignorância da ciência do direito.

Jorge, o protagonista de *Iaiá Garcia*, está formado em direito, mas sem aptidão para advogado nem para juiz. A mãe do mancebo, logo nas primeiras páginas do romance, teme que a ociosidade faça nele natureza com o tempo, e depreende-se pelo menos três dos mais característicos traços do bacharel do século XIX, além do ócio, a superficialidade e a posição social.

Na segunda fase, há o rico Brás, que deseja ser ministro de Estado, e seu oponente Lobo Neves, bem sucedido na política. Camacho quer voltar para a política e Batista tem um comichão por ela: todos são bacharéis em direito. Natividade, ao sonhar com um futuro grandioso para seus gêmeos, providencia para um deles, um diploma de direito. Em todos, como procurarei demonstrar no próximo capítulo, há a relação direta entre política e direito.

Em *Dom Casmurro*, Bentinho opta pela formação jurídica como fuga à vida religiosa, sem nenhum entusiasmo, sem nenhum afínco, escolheu direito como poderia ter escolhido medicina, a outra opção disponível à elite do século XIX no Brasil:

Bentinho é o personagem que sintetiza a dúvida, a “dúvida” profissional que ocupava a “preocupação” de outros mancebos do século XIX, para os quais o curso de direito representava menos uma vocação do que uma fuga, um alibi profissional, uma “carta de alforria”¹⁵.

Bento também não se interessa por questões políticas, sociais ou econômicas, o que nada mais é do que a falta de interesses típica desse período, definido por “Conciliação”, que, segundo Gledson¹⁶, era

[...] como um abrandamento conveniente de políticas diversas dentro da oligarquia dominante, favorecido pela expansão econômica dos anos 1850 e 1860 [...] Atmosfera [em que] era possível ignorar controvérsias políticas ou encará-las com o desdém de Bento.

Bento é um relativista, com um ponto de vista aparentemente bem inofensivo, sinistro apenas em sua aplicação. Contudo, para Machado, isso constitui uma dimensão importante de

sua personalidade e é o que, acima de tudo, torna-o representante típico não só de sua classe, mas também de seu século – o XIX, em cujos últimos anos ele está escrevendo.

O tio de Bento, Cosme, advogado criminalista, não enriquecia no foro – “ia comendo”, ou seja, não obteve êxito na advocacia, como em nenhum caso se verá: o fracasso profissional era, certamente, outra marca desses personagens.

Teófilo, bacharel em Alagoas, de *Quincas Borba*, talvez seja o personagem mais dissonante desse perfil, pois Machado construiu-o político probo e aplicado, demonstrando mais seriedade, seu envolvimento com a política é retratado de forma menos *clownesca*, porém, sintomaticamente, termina seus dias no ostracismo político, talvez por não ter a amoralidade necessária para se perpetuar na vida pública.

O direito, coisa vaga e difusa, apresentava-se, em uma sociedade baseada em relações privadas, como a única alternativa para todos aqueles que, sem vocação para outras carreiras, precisavam garantir, através de um curso superior, o ingresso na elite local.

Como se vê com as intenções de Natividade e do pai de Brás – “não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves, e te convém, e a todos nós”¹⁷–, a predestinação à vida pública e o direito entrelaçam-se como etapa estratégica nessa inserção, já que o principal projeto da elite brasileira era a vida política, carreira vinculada principalmente ao direito, curso forjado para melhor preparar o futuro deputado ou senador, como procurei demonstrar.

Eliane Junqueira¹⁸ afirma que as academias foram “o *locus* de ‘profissionalização da política’, a partir do qual os bacharéis de direito apropriaram-se das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo”.

A alternância dos partidos imperiais no poder, provocada pela vontade augusta e que impedia o desespero do ostracismo sem retorno também está presente em diversos momentos dos romances de Machado de Assis, em que os políticos feridos com a perda de cargos no governo voltavam às suas ocupações normais. Batista e Camacho entregaram-se à advocacia, ratificando o lugar secundário ocupado pela advocacia nesse momento, e Brás retornou à ociosidade elegante.

Não havia, fora do governo, quase nenhuma atividade política capaz de animar as imaginações. Os partidos eram instrumentos do governo, sem vínculos com o eleitorado, murchos sem o poder e vazios de iniciativas. “A única maneira de manter viva a chama era o jornalismo”¹⁹, então, Brás Cubas e Camacho, “temerosos do esquecimento, procuram manter-se ouvidos e falados, no ruído das folhas públicas”.

Não dirigem a pregação ao povo, que Camacho reconhece não estar educado para a luta política, nem apto a reconhecer e apoiar *os que por ele trabalham*. Dirigem-se, os dois, aos chefes, aos detentores do poder e aos influentes do partido em desgraça. Temem que o ostracismo os devore e que o abismo apague seus nomes, irremediavelmente.

O lado caricatural dos chavões e frases que enfeitava os discursos políticos e jornalísticos encontra, mais de uma vez, em Machado de Assis o lúcido e o divertido retratista. Para Faoro, Camacho é o retrato fidelíssimo desse homem público.

Na separação entre os altos princípios e os pequenos interesses partidários, vigorava a moeda das barganhas e das vantagens. Machado de Assis, ao aceitar o lado caricatural do contraste, ao modo de Molière, percebe o lado cômico da situação, mal disfarçada numa teia de insinuações.

Inevitável, no quadro sem autenticidade das idéias e programas, a retórica em lugar do estudo das realidades, a teoria em lugar do conhecimento empírico, os chavões parlamentares em lugar do pensamento, da reflexão. Machado manifestou-se a esse respeito:

Por efeito da autonomia intelectual das elites, descomprometidas com as bases, o debate de idéias travava-se nas nuvens, ao sabor dos gostos e preferências individuais, de acordo com o último livro mal digerido²⁰.

A sátira está sempre presente à demonstração do fenômeno de um mundo governado pela *frase* – a frase feliz, sem pai, bem cunhada, com alguma sombra de idéias. Política e frase, opinião pública e frase, pensamento e frase. “Tudo será a frase!” exclama Machado²¹, mas há algo em seus brados a sussurrar que, “sobre a mentira que devora a fisionomia das coisas”, há algo a respeitar, uma verdade, ainda que “coberta de sombras, esmagada de versões deformadoras”.

O presente trabalho limitar-se-á a uma análise mais detida de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por entender que há nesse momento uma guinada na estruturação formal da ficção machadiana movida por uma alta potência crítica.

III Análise de Brás Cubas

No romance admitido pela crítica como divisor de águas da obra machadiana, o escritor passa a pena (da galhofa) ao senhor, operando uma verdadeira revolução na literatura brasileira. O foco narrativo passa ao protagonista, que, por estar morto (defunto-autor), permite-se tratar com desdém a sociedade de onde saíra e revelar a indiferença com que via montada a história dos homens.

A revolução estética dessa obra deu-se, para Alfredo Bosi²², em dimensão também ideológica, pois, aprofundando o desprezo às idealizações românticas e ferindo no cerne o mito do narrador onisciente, que tudo vê e julga, desnudou a consciência de um indivíduo, que se mostra fraco e incoerente, mas que, por ser um membro da elite política e econômica da época, revela o caráter de seu grupo:

Uma consequência notável para o miolo ideológico do romance [*Memórias Póstumas de Brás Cubas*] é que a unidade, mascarada pela dispersão dos atos e das palavras, ultrapassa os indivíduos e acaba fixando-se em níveis impessoais: a *sociedade* [...]

Inserese, de maneira pioneira no Brasil, na literatura em que não se pode mais confiar nos narradores e cuja “descrença no poder de representação do artista [...] não abole a realidade, mas a desaloja com o próprio ato de representá-la”. A linguagem abandona o local de onde se reflete a realidade, para conquistar um papel dentro da própria realidade, o que faz de *Memórias*, mais do que um retrato da sociedade, verdadeira *atuação de crítica social*²³.

Brás Cubas concentra em si duas funções. A de narrador, um analista “amargo e áspero” que denuncia suas próprias vilezas enquanto protagonista, um rentista sem maiores escrúpulos. Ao observar-se e avaliar a si mesmo, Brás oscilará entre o julgamento ácido e a complacência, oscilação esta que será uma das fontes de suas maiores marcas: a volubilidade.

Esse será o cerne da análise de Roberto Schwarz²⁴, para quem o narrador foi “composto deliberadamente para apresentar uma conduta importuna e sem credibilidade”, que considerará *volúvel*, enquanto Augusto Meyer²⁵, falará em *capricho*. Terminologias à parte, ambos concordam que Machado fez da inconstância de um caráter sua regra de composição literária, para, com isso, atingir seu verdadeiro objetivo:

Ao colocar na posição de sujeito narrativo o tipo social de Brás Cubas – *o verdadeiro alvo da sátira* – Machado tomava um rumo perverso e desnorteante. Camuflada pela primeira pessoa do singular, que a ninguém ocorreria usar em prejuízo próprio e com propósito infamante, a imitação ferina dos comportamentos da elite criava um quadro de alta mistificação: cabe ao leitor descobrir que não está diante de um exemplo de auto-exame e requintada franqueza, mas de uma denúncia devastadora²⁶.

A própria escolha do pseudomemorialismo, na análise de Schwarz é insidiosa, pois a moldura biográfica atenua a gravidade das *acusações*, diluindo-as na contingência de um percurso individual e finge-lhes também o estatuto irretorquível da *confissão*.

O eu-lírico *baudelaireano* também é codificado e sarcástico, em consequência, diz Gledson, à desesperança que se seguiu aos eventos de 1848 a 1851 na França (massacres em que o choque de interesses entre a burguesia parisiense e a classe trabalhadora veio à tona, e aos quais Marx identificou como “repetição da farsa”) ao se deparar com “o lado mais abjeto da classe governante”: justamente o recurso literário usado por Machado. Gledson não atribui

a semelhança de construção artística à mera influência que Baudelaire tenha porventura exercido em Machado, mas vê, nessa aproximação, linguagens estéticas atentas às forças mais profundas da realidade.

Para Schwarz, essa realidade seria a de uma sociedade absurda²⁷, marcada pela coexistência de escravidão e liberalismo, esquema ideológico e psicológico, a ditar os seus modos de ser, pensar, sentir e dizer de Brás, que explicaria a caracterização do personagem como um tipo arbitrário e volúvel.

Em determinado momento, Roberto Schwarz²⁸ levanta a seguinte questão: “Como explicar o caráter de Brás? – a resposta está na infância da personagem, no meio doméstico, no temperamento herdado e na educação recebida”.

Conquanto as várias sugestões que dá respondam todas parcialmente a pergunta, há, durante a vida de Brás, o reforço sistemático de sua condição social, o que lhe determina a seriedade com que (não) encarará os estudos, o despeito arrogante com que lidará com seus convivas e a negligência com que absorverá aleatoriamente as idéias que lhe foram apresentadas, submetendo-as, sempre, aos seus interesses (lembrando os ensinamentos de Pangloss – para quem o nariz não tem outra função que a de suporte de óculos). Nesse sentido, corrobora a assertiva de Schwarz²⁹: “Em *Memórias* assistimos à sujeição metódica das mais variadas formas do pensamento moderno ao acaso das vontades do narrador e de seus parceiros”.

Brás dará outra explicação ainda mais egotista à de Panlgoss para a existência do nariz a partir da observação do costume do faquir, “que gasta horas a olhar para a ponta do nariz, com o fim único de ver a luz celeste”. Intuirá que a contemplação do nariz, cujo principal efeito “é a subordinação do universo a um nariz somente”, e tal efeito “constitui o equilíbrio das sociedades”, já que permite a eliminação “das cousas externas”– isto é, o não-reconhecimento da realidade exterior objetiva, *concentra poder*, pois neutraliza toda possibilidade de embate ou contradição à sua (estrábica) visão de mundo.

A contemplação nasal representa, segundo Chalhoub³⁰, uma percepção da realidade através do “próprio centro de um ser político específico, historicamente constituído e datado, e que podemos apelidar, por comodidade, de classe senhorial, vivendo o período de apogeu de seu poder e prestígio social no Segundo Reinado”. A prevalência sistemática do capricho e da vontade subjetiva desautoriza as construções rigorosas da razão. Exemplar é a envergadura enciclopédica com que Brás Cubas apresenta seu *emplasto*, que, nas palavras de Schwarz³¹, é:

um show de cultura geral caricata, uma espécie de universalidade de pacotilha, na melhor tradição pátria, em que o capricho de Brás Cubas toma como província a experiência global da humanidade e se absolutiza.

Submetendo a história do mundo inteiro aos vícios de um proprietário brasileiro à maneira do século XIX, também submete o enredo e a estrutura narrativa a seus caprichos, de sorte que para Alfredo Bosi a única forma de compreender o narrador machadiano é entendendo-o enquanto “tipo social”, espelho ou voz da classe a que pertence: o capricho do estilo expressa o capricho desse grupo.

O enredo de *Memórias Póstuma de Brás Cubas* é simples, isento de tensões factuais para além dos conflitos típicos de um brasileiro rico e *desocupado*. Não há, nessa trajetória, o trabalho nem qualquer forma de projeto consistente. A passagem de uma fase a outra se faz pelo fastio, pela inapetência. Seus interesses intelectuais não passam de *veleidades*, caracterizando o diletantismo e superficialidade com que Brás se dedicava às atividades mentais. Entre amores de diferentes tipos, situam-se igualmente diferentes tipos as ciências, ao seu bel prazer: a intelectualidade de Brás confunde-se com promiscuidade.

Seus estudos acadêmicos condizem com o desprendimento e a superficialidade que lhe são inerentes, dotando-o da *casca* civilizatória. A política, o jornalismo e a filosofia *servem-lhe* (como o faz o mundo inteiro) como passatempo em uma vida tediosa, em que nenhum projeto se realiza, em que nada é perseguido com energia e tudo acontece da maneira mais arbitrária, sempre condicionado pelo capricho autorizado pela propriedade de tipo brasileira, escravista, clientelista e que o dispensa inteiramente de trabalhar, caracterizando o típico ócio bacharel.

Roberto Schwarz admite que a frouxidão da educação de Brás, tanto a doméstica quanto a institucional, explica plausivelmente o caráter volúvel da personagem, representante fidelíssimo do bacharel (*pseudo*) culto e confuso, em quem a Ilustração troca de sinal, transformando-se em licença.

A experiência de Brás em Coimbra, aliás, serão fundamentais para sedimentar esses traços em seu caráter, funcionando como um reforço positivo da trivialidade. Será a Universidade antro de hedonismo.

Estimulou-o Coimbra ainda mais a superficialidade, já que, ainda que tenha estudado “muito mediocrementemente”, não conseguiu perder o grau de bacharel. Para Brás, o diagnóstico é bastante claro: “a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro”, pergaminho entregue, como de praxe, com toda a pompa e o

estilo: “deram-mo com a *solenidade do estilo*; após os anos da lei; *uma bela festa que me encheu de orgulho*”.

Mais adiante em suas *Memórias*, Brás Cubas confessa o que aprendera efetivamente na graduação:

Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dous de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história e a jurisprudência. Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação...³²

Para Eliane Junqueira³³, nesse momento, Brás não parece estar falando dele apenas:

A ironia corta fundo tanto o *ethos* da boa tradição das assim chamadas letras jurídicas, quanto o que há de risível nas elites modernizantes tropicais. Como sempre, Machado de Assis, numa frase oblíqua e cruel, revela os impasses da sociedade brasileira.

As anedotas, as teorizações cômicas e historietas semi-alegóricas espalhadas pelo livro ilustram justamente o triunfo da veleidade, da inaptidão para a consistência ideológica, Machado identifica o aspecto “ornamental” na cultura brasileira e reflete-o no uso retórico e degradado das idéias na narrativa de Brás, completando, em seus próprios termos, a representação de certo tipo de cultura, que perceberá tão inautêntica e desordenada como Schwarz³⁴ a percebeu:

a multiplicidade dos registros não podia estar mais marcada, e seu acabamento vistoso dá certa idéia de bazar, expressiva, possivelmente da inserção peculiar e pouco orgânica do intelectual brasileiro na cultura oitocentista.

Enquanto Brás age de acordo com um conjunto de valores, os de sua própria sociedade escravista e paternalista, o mundo da liberdade, igualdade e dos direitos humanos pesa sobre ele “à semelhança do remorso”. Isso teria, para John Gledson conseqüências “modernas”, já que promove um sentido permanente de deslocamento interior e uma perda daquele sentimento de segurança do indivíduo.

O bacharel ocioso brasileiro seria um tipo inconsistente, que retrataria as incoerências de sua formação intelectual, cuja única aplicação prática seria a garantia do linguajar bacharelesco, sinônimo de *status* na Corte e ideal para a vida política a que estava destinado.

Direito e política eram indissociáveis no século XIX. Desde o ingresso na Academia já havia subliminarmente a mensagem de se estar dando os primeiros passos no caminho da Câmara. Para os Cubas, a perspectiva não era diversa. Destarte, logo após a volta de Brás de Portugal, quando de seu exílio voluntário em seguida ao falecimento da mãe, aparece o patriarca com “dois projetos na algibeira”: “um lugar de deputado e um casamento”. E diante

da hesitação do mancebo, o pai reivindica o devido retorno pelo “investimento” aplicado (no sentido de tê-lo enviado à Europa, custeando seus estudos em direito) e deixa patente o caráter instrumental da formação acadêmica à época.

Após vários anos da investida do pai, Brás Cubas finalmente é eleito deputado, o mandato dura pouco, e a experiência aponta para a insipidez da discussão política do período: vemos Brás discutindo o sexo dos anjos no parlamento, caracterizando magistralmente como se deu a política da Conciliação dos partidos à época, que veio a representar a própria pacificação do país e o apogeu do Segundo Reinado, na visão de historiadores do Oitocentos.

Ao perder a cadeira na Câmara dos Deputados, a solução clássica é sugerida a Brás pelo *sábio* filósofo Borba:

Disse-me ele que eu não podia fugir ao combate; se me fechavam a tribuna, *cumpria-me abrir um jornal*. Chegou a usar uma expressão menos elevada, mostrando assim que a língua filosófica pode, uma ou outra vez, retemperar-se no calão do povo. *Funda um jornal*, disse-me ele, e “desmancha toda esta igreja”³⁵.

O programa, redigido por Brás, era uma aplicação política do Humanitismo, que, em essência, não ensina outra coisa senão o deslocamento do partido que manda por outro que quer mandar. Nessa manipulação de formas e palavras, os ingredientes dos dois partidos tradicionais se misturavam e confundiam, em perfeita harmonia ao espírito da política imperial.

O *Humanitismo* condensa a sátira filosófica que Machado faz às várias doutrinas que justificam o egocentrismo, ao mesmo tempo em que, aos moldes do enciclopedismo do Emplasto Brás Cubas, funciona como crítica à “formação mental” típica da elite brasileira durante o império.

Gledson acredita que, para Machado de Assis, todos os sistemas típicos do século XIX conduzem inevitavelmente à justificação de meios abomináveis para esse único e glorioso fim ao considerarem o progresso como inevitável rumo à perfeição, em que uma única entidade abrangiria todas as qualidades do Homem e de Deus. De modo que, uma vez admitido que o homem fosse uma redução dessa entidade maior, permitir-se-ia que ele fosse individualmente sacrificado para a perfeita evolução dessa entidade (que poderia ser a coletividade ou o Estado).

A postulação de uma vontade supra-individual levaria a uma moralidade distorcida e impiedosa, ou, antes, à ausência de todo princípio moral que transcendesse o egoísmo e a justificação do *status quo*. Não admira, portanto, a reação de um Brás Cubas ao ser

apresentado à doutrina: “Para que negá-lo? eu estava estupefato. A clareza da exposição, a lógica dos princípios, o rigor das conseqüências, tudo isso parecia superiormente grande”³⁶.

A base da doutrina converge ainda com o otimismo irônico de Voltaire, em quem se inspira para a filosofia da ponta do nariz, adequado à apropriação por esses *bem nascidos* do Brasil oitocentista, já que um dos princípios basilares do Humanitismo é o de que a única desgraça possível é *não nascer*, o que significa dizer que a única coisa ruim que poderia ter acontecido na vida de um discípulo do humanitismo, não aconteceu, então, certamente, dizer *tout est bien* é uma tolice, o exato é mesmo *que tout est au mieux possible*.

Longe de ser apenas um pretexto conveniente para ações egoístas, a (*pseudo*) doutrina proporciona a seus seguidores uma confortadora visão da sociedade e da história, como se vê no mais absurdo exemplo de aplicação teórica da filosofia de Quincas Borba³⁷:

– Para entender bem o meu sistema, concluiu êle, importa não esquecer nunca o princípio universal, repartido e resumido em cada homem. Olha: a guerra, que parece uma calamidade, é uma operação conveniente, como se disséssemos o estalar dos dedos de Humanitas; a fome (e êle chupava filosôficamente a asa de frango), a fome é uma prova a que Humanitas submete a própria víscera. Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão êste mesmo frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos, importado de Angola. Nasceu êsse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, *êste frango, que almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executadas com o único fim de dar mate ao meu apetite*.

Em paródia aos porcos de Pangloss, Borba ensina a Brás Cubas a visão *hobbesiana*, em que “o governo e a sobrevivência dos fortes se dá às custas dos fracos, e até, talvez, com a conivência destes”³⁸. Com exemplos desse tipo, Machado mostra como pode ser fácil aceitar os grandes crimes da humanidade, uma vez encontrado um sistema apropriado para englobá-los. Não admira que o humanitismo seja o “sistema de filosofia destinado a arruinar todos os sistemas”³⁹, pois se trata da justificação perfeita do egoísmo.

A lógica egoísta decorre do silogismo *borbiano*, segundo o qual, se o homem é o próprio *Humanitas* reduzido e o *Humanitas* é o princípio que está por detrás da existência e que devemos adorar, a conclusão adequada é que devemos adorar a nós mesmos: “... daí a necessidade de adorar-se a si próprio”.

Assim, todos os (anti) heróis machadianos – Brás Cubas, Rubião, Bento (ao lado de personagens como Camacho, Batista), terão lições de como submeter tudo o que existe (sejam os agregados, sejam as ideologias políticas) aos seus caprichos, ainda que essa submissão se dê, em grande parte dos casos, em nível de “fantasias compensatórias”⁴⁰, pois nenhum deles terá seus projetos bem sucedidos, devendo a riqueza, no caso de que a tenham, a heranças.

Percebe-se, então, que grande parte do fato de a crítica de Machado de Assis à sociedade de sua época ter permanecido velada deu-se em decorrência do modo irônico como o escritor caracterizou seus protagonistas, os quais, por serem representantes do grupo a que queria atacar, tornariam insuspeitas a crítica, servindo como verdadeiros argumentos *ad personam*, em que se desqualifica a qualificação moral do opositor.

Simbolizada pelo célebre “piparote”, a agressão de Brás aos leitores é sistemática, chama-os, intermitentemente, de *obtusos, teimosos, afoitos, sensaborões, caluniadores*. Lembrada a restrição numérica dos leitores, ao que parece, o público leitor dos intelectuais do século XIX, eram eles próprios, de modo que Machado teve como alvo particular o bacharel em direito, intelectual e político por excelência à época. Os bacharéis, no entanto, não perceberam a ironia, como também não o perceberam aqueles que se debruçaram à literatura de Machado durante todo o século seguinte. Parece que, enfim, a crítica caminha no sentido de livrar-se dos apriorismos letais a que Alfredo Bosi⁴¹ se referia, mas o quadro político e intelectual denunciado por Machado, o quanto mudou?

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Prefácio Ivan Texeira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Esau e Jacó*. Edição anotada. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Apresentação e notas por Antônio Medina Rodrigues. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Obra Completa*. 2ª edição. 1º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962a.

_____. *Obra Completa*. 2ª edição. 2º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962b.

_____. *Obra Completa*. 2ª edição. 3º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962c.

_____. *Quincas Borba*. MORAES, Eugênio Vinci de (fixação de texto e notas); prefácio Willi Bolle. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Quincas Borba*. Prefácio Roberto Schwarz. Tradução de Juan Garcia Gayo. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

BOLLE, Willi. *Prefácio de Quincas Borba* in: ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. MORAES, Eugênio Vinci de (fixação de texto e notas); São Paulo: Globo, 2008.

BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1982.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. *Esquema de Machado de Assis* in: *Vários Escritos*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARPEAUX, Otto Maria. *Uma fonte da filosofia de Machado de Assis* in: *Ensaio Reunidos*. Vol. 1, 1942-1978. CARVALHO, Olavo de (organização, introdução e notas). Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, s/d.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; PEREIRA, Affonso de M. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na literatura brasileira: estudo crítico* in: *Obra Completa de Machado de Assis*. 2ª edição. Vol. 1. São Paulo: José Aguilar, 1962.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista. São Paulo: Globo, 2001b.

FILHO, Barreto. *O romancista* in: *Obra Completa de Machado de Assis*. 2ª edição. Vol. 1. São Paulo: José Aguilar, 1962.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. Cadernos de debates. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2ª edição revista e ampliada. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. Vários tradutores. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2004

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A filosofia de Machado de Assis*. in: *O Espírito e a Letra I: estudos de crítica literária (1920-1947)*. PRADO, Antonio Arnoni (organização, introdução e notas). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JUNQUEIRA, Eliane. *Literatura & Direito: Uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACHADO DE ASSIS: um mestre na periferia. Uma co-produção da Pólo de Imagem e TV PUC para TV Escola. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/machado/index>. Acesso em setembro de 2008.

MEYER, Augusto. *O homem subterrâneo* in: *Ensaios escolhidos* SILVA, Alberto da Costa (seleção e prefácio). Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. *Machado na festa literária de Paraty*. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=9n_jqDxEW9s>. Acesso em setembro de 2008.

_____. *Quien me dice que este personaje no sea el Brasil*. in: ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Edição venezuelana. Tradução de Juan Garcia Gayo. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A ficção capciosa e a história traída. in: GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2ª edição revista e ampliada. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

¹ Mestranda em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

² BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 279-280.

³ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 227-228.

⁴ BOSI, Alfredo. *Op. Cit.* p.196.

⁵ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. 2ª edição. 3º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962c. p. 243-244.

⁶ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 9-10.

⁷ GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 79.

⁸ MACHADO DE ASSIS: um mestre na periferia. Uma co-produção da Pólo de Imagem e TV PUC para TV Escola. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/machado/index>. Acesso em setembro de 2008.

⁹ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. 2ª edição. 3º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962a. p. 1029.

¹⁰ GLEDSON, Op. Cit. p. 102.

¹¹ SEVCENKO, Nicolau. A ficção capciosa e a história traída. in: GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2ª edição revista e ampliada. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 19.

¹² GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2ª edição revista e ampliada. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 295.

¹³ COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na literatura brasileira: estudo crítico* in: *Obra Completa de Machado de Assis*. 2ª edição. Vol. 1. São Paulo: José Aguilar, 1962. p. 53.

¹⁴ *Apud* COUTINHO. *Op. Cit. o grifo é meu*.

¹⁵ JUNQUEIRA, Eliane. *Literatura & Direito: Uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998. p. 41.

-
- ¹⁶ GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 86.
- ¹⁷ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. 2ª edição. 3º volume. São Paulo: José Aguilar, 1962a. p. 548.
- ¹⁸ JUNQUEIRA. Op. Cit. p. 53.
- ¹⁹ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista. São Paulo: Globo, 2001. p. 85-88.
- ²⁰ ASSIS *apud* FAORO. Op. Cit. p. 181.
- ²¹ ASSIS *apud* FAORO. Op. Cit. p. 287.
- ²² BOSI. Op. Cit. p. 197-200.
- ²³ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 181.
- ²⁴ *Ibidem*. p. 19.
- ²⁵ MEYER, Augusto. *O homem subterrâneo* in: *Ensaaios escolhidos* SILVA, Alberto da Costa (seleção e prefácio). Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
- ²⁶ SCHWARZ. Op. Cit. p.189-190.
- ²⁷ Para Roberto Schwarz, as idéias européias, sobretudo o liberalismo, estariam “fora do lugar” no Brasil do século XIX, pois, surgido como produto ideológico do capitalismo triunfante, fora esquizofrenicamente implantado em um país escravista, funcionando aqui como mero verbalismo ornamental vazio de sentido. Carvalho Franco (in: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. Cadernos de debates. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976) contra argumentou que o Brasil, embora periférico, fazia parte do sistema capitalista mundial e não poderia haver nenhuma distinção essencial, ainda que vigente a escravidão (posto que o escravo funcionava como um produto), pois o sistema era um todo organizadamente orientado para o lucro, acusando Schwarz de conservador, já que arrefecia a radicalidade da crítica ao Capital. Em recente artigo, José Murilo de Carvalho (*História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 125, s/d.) reconsidera a aparente polêmica, porque, para ele, apesar da divergência se pretender radical, os dois opositores estariam no mesmo campo: “ambos analisam as idéias a partir da hipótese de sua radical determinação pelo contexto social. E o contexto é definido de maneira estreita como modo de produção. Fora desta determinação, as idéias perdem seu conteúdo, mesmo ideológico e se tornam comédias inúteis”.
- ²⁸ SCHWARZ. Op. Cit. p. 129-130.
- ²⁹ *Ibidem*. p. 168-169.
- ³⁰ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003p. 74-77.
- ³¹ SCHWARZ. Op. Cit. p. 172.
- ³² ASSIS. Op. Cit. p. 543.
- ³³ JUNQUEIRA. Op. Cit. p. 44.
- ³⁴ SCHWARZ. Op. Cit. 157.
- ³⁵ ASSIS. Op. Cit. p. 626.
- ³⁶ *Ibidem*. p. 613-614.
- ³⁷ *Ibidem*. p. 614.
- ³⁸ GLEDSON. Op. Cit. p. 202.
- ³⁹ ASSIS. Op. Cit. p. 612.
- ⁴⁰ BOLLE, Willi. *Prefácio de Quincas Borba* in: ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. MORAES, Eugênio Vinci de (fixação de texto e notas); São Paulo: Globo, 2008.
- ⁴¹ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 279-280.

